

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 22/04/2015

- [Vacinação contra o sarampo é prorrogada no Ceará](#)
- [OMS: 22 milhões de crianças não receberam vacinas para prevenir doenças](#)
- [Deputado sugere "emancipação penal" de adolescente no caso de crime hediondo](#)
- [Para deputado, redução da maioridade penal é "vingança social"](#)
- [Deputado defende redução da maioridade penal em debate no Plenário](#)
- [Debatedores defendem investimento na proteção de adolescentes](#)
- [Ministro e desembargador defendem punição atual prevista no ECA](#)
- [Ministro dos Direitos Humanos critica proposta de redução da maioridade penal](#)
- [Ministro diz que adolescentes detidos representam menos de 1% de jovens do país](#)

Assunto: Vacinação contra o sarampo é prorrogada no Ceará

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 22/04/2015



O governo do Ceará prorrogou até 2 de maio a campanha de intensificação da vacinação contra o sarampo, em Fortaleza e Caucaia. As autoridades da saúde pública detectaram surto da doença em vários municípios cearenses e estão vacinando a população desde 23 de março. As pessoas com idade entre 5 anos e 29 anos estão sendo convocadas a se imunizar. O surto de sarampo ocorre desde dezembro de 2013.

O último boletim epidemiológico, divulgado no dia 17, mostra a notificação de 3.164 casos suspeitos da doença e 796 confirmações. Nenhum óbito foi registrado. O surto atinge atualmente sete cidades: Fortaleza, Caucaia, Horizonte, Trairi, Itaitinga, Guaiúba e Aquiraz. Fortaleza e Caucaia respondem por 82% dos casos confirmados em 2015.



De acordo com o levantamento parcial da Secretaria da Saúde, 64% da população de Fortaleza entre 5 anos e 29 anos já tomaram a vacina dupla viral que também protege contra a rubéola. Em Caucaia, a cobertura vacinal ainda é baixa: 27% das pessoas foram imunizadas. A meta da secretaria é vacinar aproximadamente 1,2 milhão de pessoas nos dois municípios, atingindo uma cobertura de 95%.

Mesmo quem já tinha sido imunizado é chamado a tomar a vacina novamente. A campanha anual de rotina que tem como público-alvo crianças a partir de 6 meses até 5 anos incompletos continua normalmente nos postos de saúde. Adultos entre 30 anos e 49 anos que nunca se vacinaram ou não têm comprovação de vacinação também podem ser imunizados. O sarampo é uma doença infecciosa aguda, grave e altamente transmissível. A vacina é, atualmente, a única forma de proteção.

Antes do surto iniciado em dezembro de 2013, o Ceará estava há pelo menos 12 anos sem registrar casos da doença. Segundo a Secretaria da Saúde, a situação do estado é uma extensão do surto de sarampo ocorrido em Pernambuco, entre 2013 e 2014. No Brasil, a transmissão do vírus era considerada interrompida desde 2000, mas o Ministério da Saúde começou a registrar casos importados da doença entre 2001 e 2014.

A Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) considera o restabelecimento da circulação do vírus após 12 meses seguidos com confirmações de casos. A Secretaria da Saúde do Ceará explica que, mesmo após 15 meses de surto, a condição endêmica ainda não foi decretada porque a Opas considera que o Brasil “vive um momento epidemiológico distinto dos cenários endêmicos de sarampo”.

No mundo, países como a Holanda, o Reino Unido, a Itália e Alemanha tiveram surtos recentes da doença. Nos continentes africano, asiático e na Oceania, a circulação do vírus é considerada endêmica.

Assunto: OMS: 22 milhões de crianças não receberam vacinas para prevenir doenças

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 22/04/2015



Da Agência Lusa

Pelo menos 22 milhões de crianças no mundo, sobretudo de países subdesenvolvidos, não receberam as doses necessárias para serem imunizadas contra doenças que poderiam matá-las, estimou hoje (22) a Organização Mundial da Saúde (OMS).

A advertência foi lançada na semana da imunização, que se comemora de 24 a 30 de abril, período em que a OMS pretende, entre outras ações, lembrar que as vacinas obrigatórias evitam anualmente a morte de 3 milhões de pessoas, sobretudo de menores.

De acordo com a agência de saúde das Nações Unidas, a média mundial da imunização está em 80%, com grandes diferenças em nível de cobertura entre os países, pelo que se estima que a uma em cada cinco crianças não foram administradas as doses necessárias para prevenir doenças.

“Uma em cada cinco crianças no mundo não recebeu as três doses obrigatórias da vacina antidiftérica, tétano, e a maioria vive nos países mais pobres do mundo”, diz a OMS.

A organização aponta a Índia, o Paquistão, a Nigéria, a República Democrática do Congo, a Etiópia, e o Afeganistão como os países com taxas mais baixas de cobertura de vacinação.

“É por essa razão que aproveitamos a celebração da semana da imunização para conscientizar sobre a importância crucial da vacinação para salvar vidas”, diz em nota o diretor a imunização da OMS, Jean-Marie Okwo-Belé.

Assunto: Deputado sugere "emancipação penal" de adolescente no caso de crime hediondo

Fonte: Câmara dos Deputados

Data: 22/04/2015 - 12h58



O deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) sugeriu há pouco que o Brasil adote o conceito de emancipação para fins penais. A medida valeria para adolescentes que cometessem crimes hediondos, sem que fosse necessário reduzir a maioridade penal no Brasil.

“Um criminoso de 16 anos seria emancipado e julgado como adulto, mas ficaria em um estabelecimento diferenciado até completar 18 anos”, explicou o parlamentar, durante comissão geral no Plenário, que discute proposta de aumento do tempo de internação para jovens infratores.

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) também é da opinião que crimes mais graves cometidos por menores de idade devem ser punidos com mais rigor e defendeu que haja redução da maioridade penal no caso de crimes hediondos.

Para Onyx Lorenzoni, nem sempre os adolescentes que cometem crimes são vítimas do meio social ou da pobreza. “Bandido escolhe ser bandido. Todos que estão aqui conhecem comunidades carentes e sabem que, nelas, 98% das pessoas são corretas, honestas e seguem a lei. Não me venham com a conversa de que o problema é o meio social, é mentira. Quero saber se é correto o jovem que estupra a filha de alguém ter medida socioeducativa de seis meses”, disse.

A sessão prossegue no Plenário Ulysses Guimarães.

Assunto: Para deputado, redução da maioria penal é "vingança social"

Fonte: Câmara dos Deputados

Data: 22/04/2015 - 12h49



O deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS) disse há pouco que a Câmara dos Deputados não pode adotar uma posição de “vingança social” em relação a jovens que cometem crimes. Como médico de crianças e adolescentes, ele se disse contrário à redução da maioria penal e questionou a tese de que adolescentes estão impunes atualmente.

“Uma criança com 12 anos já fica em frente a um juiz, que a julga, e de um promotor, que a acusa, caso cometa algum ato infracional. Ou seja, nós temos sim um código penal juvenil, que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. O jovem hoje não é impune”, disse Perondi, que participa de comissão geral que discute o aumento do tempo de internação do menor infrator.

Para Perondi, a criança e o jovem precisam de tempo para a caminhada do desenvolvimento emocional. “Que cada deputado volte no tempo e lembre como foi sua própria adolescência. Certamente foi um período rico, mas também angustiante, conturbado e de muita indefinição, quando mais se precisa de apoio”, disse Perondi.

O deputado defendeu uma reavaliação do substitutivo apresentado pelo deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) para o Projeto de Lei 7197/02. Sampaio propõe a extensão por até oito anos da aplicação das medidas socioeducativas previstas no ECA a jovens infratores. Hoje, o tempo máximo de internação é de três anos.

A deputada Clarissa Garotinho (PR-RJ), por sua vez, defendeu a adoção de punições mais severas para crimes contra a vida, como estupros e latrocínios, independente da idade. “Para esses crimes, sou totalmente favorável a penas mais duras”, disse. Ela também defendeu o agravamento da pena para quem utiliza menores na prática de crime, destacando que o texto de Sampaio propõe dobrar a pena para esse tipo de conduta.

Clarissa Garotinho, no entanto, demonstrou posição contrária à redução da idade penal. “Entendo o sentimento das pessoas que veem jovens de 16 anos cometendo crimes e querem justiça. Mas será que reduzir a idade penal é a solução dos nossos problemas?”, indagou. “Quem usa o de 16 anos hoje, vai usar o de 15 anos ou o de 14 anos”, completou ela, ressaltando que, quem visita uma comunidade do Rio hoje, já vê crianças de 11 anos segurando arma.

A sessão prossegue no Plenário Ulysses Guimarães.

Assunto: Deputado defende redução da maioria penal em debate no Plenário

Fonte: Câmara dos Deputados

Data: 22/04/2015 - 12h44



Ao contrário de outros deputados que falaram na comissão geral do Plenário, que discute o aumento do tempo de internação do menor infrator, o deputado Fausto Pinato (PRB-SP) defendeu a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. “O jovem de 40 anos atrás não é o mesmo de hoje. O de hoje tem acesso a todo tipo de informação. Assim, o jovem de 16 anos sabe o que está fazendo e deve responder pelos seus atos”, afirmou.

Pinato ressaltou, por outro lado, que esses adolescentes não devem ir para a cadeia comum, uma vez que a ideia é apenas retirar do convívio da sociedade jovens que desrespeitam a lei. “É nesse contexto que as medidas socioeducativas ganham relevância. A reeducação e a ressocialização devem fazer com que a sociedade ganhe um cidadão, não um marginal.”

O tempo de internação de adolescentes infratores é tratado no Projeto de Lei 7197/02. O substitutivo do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), pendente de votação na comissão que analisa o tema, prevê internação por até oito anos do jovem infrator se ele cometer ato classificado como crime hediondo ou em ações de quadrilha, bando ou do crime organizado. Hoje o tempo máximo é de três anos.

Para o deputado Adelmo Carneiro Leão (PT-MG), a proposta não vai prosperar. “Implantar medidas protetivas de cuidado será muito mais efetivo do que medidas de punição. Não há nenhuma razão para aplicar a um jovem oito anos de punição, qualquer que seja o crime”, acredita. Para ele, nem o tempo maior de internação, nem a redução da maioria contribuirão para reduzir a violência no País.

A sessão prossegue no Plenário Ulysses Guimarães.

Assunto: Debatedores defendem investimento na proteção de adolescentes

Fonte: Agência Câmara

Data: 22/04/2014 – 12h39



O fundador e coordenador do instituto de ensino Grupo de Amigos da Vida (GAV), Miranda Neto, defendeu mais atenção à infância e à adolescência no Brasil para evitar que jovens se envolvam com crimes. Coordenador de uma escola piauiense cujo projeto se baseia na disciplina dos estudantes e prioriza valores como amizade, solidariedade e respeito, ele também pediu apoio dos parlamentares a programas da sociedade civil voltados a jovens.

“O que é mais barato? Comprar uma bola ou construir um presídio de R\$ 5 milhões? Será que vamos resolver o problema da violência punindo a quem já está sendo punido?”, questionou, em comissão geral que discute proposta que aumenta o tempo de internação de menores infratores.

O questionamento é o mesmo da deputada Erika Kokay (PT-DF). Para ela, “os adolescentes são mais vítimas do que vitimizadores”. Por viverem uma fase de desenvolvimento, disse, precisam de proteção integral.

Kokay afirma que três anos de internação - punição máxima prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente hoje, para jovens que cometem crimes graves - é o tempo necessário para a ressignificação de sua vida. O Projeto de Lei 7197/02, tema de debate da comissão geral, aumenta o tempo máximo para oito anos.

“Oito anos de internação corresponde ao mesmo tempo de prisão de um adulto que cometeu homicídio e que tenha tido uma pena de 48 anos de reclusão”, comparou.

Na opinião de Kokay, em vez de aumentar o tempo de internação, o debate deveria ser voltado ao acompanhamento de adolescentes que tenham cumprido medida socioeducativa.

A sessão prossegue no Plenário Ulysses Guimarães.

Assunto: Ministro e desembargador defendem punição atual prevista no ECA

Fonte: Câmara dos Deputados

Data: 22/04/2015 – 12:02



O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Sérgio Luiz Kukina questionou há pouco a necessidade de aumentar de três para oito anos o tempo de internação de adolescentes que cometerem crimes graves. Ele participa, neste momento, de comissão geral que debate o assunto, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Ex-promotor de Justiça no Paraná, Kukina disse que o conjunto de medidas socioeducativas atualmente previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei 9.069/90) já é suficiente para cumprir o papel de ressocialização de jovens. “O ECA já traz um repertório variado de medidas que atende a finalidade pedagógica a ser adotada conforme cada infração”, disse o ministro. A punição máxima prevista no ECA para adolescente infrator é de três anos de internação.

Ele afirmou que a grande maioria dos homicídios qualificados no Brasil acaba sendo punida com a pena mínima, que é de 12 anos. “Além disso, com a possibilidade de progressão da pena prevista na Lei de Execuções Penal, em muitos casos o adulto preso consegue a liberdade provisória após cumprir 1/6 da pena, ou seja, 2 anos”, ressaltou Kukina. “Aí dizem que 3 anos é pouco. Ora, 3 anos para um garoto que tem 12 anos é a quarta parte da vida desse menino, acrescentou.

O desembargador do Tribunal de Justiça de Roraima (TJ-RR) Mauro Campello também é contrário ao aumento do tempo de internação de jovens que cometem crimes graves. “Parece-me que três anos é razoável, é proporcional. Agora, precisamos pensar se esses jovens que já estão cumprindo medidas socioeducativas devem continuar nos centros de internação, se devem passar para outra unidade, com outra proposta de ressocialização”, disse Campello.

O desembargador também ressaltou a importância de as medidas alcançarem também a família dos jovens, para que elas cumpram o papel de evitar a reincidência.

A sessão prossegue no Plenário Ulysses Guimarães.

Assunto: Ministro dos Direitos Humanos critica proposta de redução da maioria penal

Fonte: Câmara dos Deputados

Data: 22/04/2015 – 11h:36



O ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Pepe Vargas, defendeu a aplicação de medidas socioeducativas a adolescentes infratores e criticou a punição com privação de liberdade e também as propostas de reduzir a maioria penal no Brasil. Em comissão geral que discute o aumento do tempo de internação do menor infrator, no Plenário da Câmara, o ministro afirmou que não há nenhum dado que comprove que essas medidas reduziriam a violência.

Segundo ele, o enfrentamento do problema passa por uma abordagem sistêmica e integral, garantindo aos jovens uma formação técnico-profissional. Dados citados por Pepe Vargas dão conta que hoje, no Brasil, 111 mil adolescentes cumprem medida socioeducativa. Desses, 88 mil cumprem em prestações de serviços à comunidade. Outros 23 mil receberam punição com privação de liberdade.

“O Brasil tem 26 milhões de adolescentes, 0,08% deles estão privados de liberdade. A maioria dos privados de liberdade, 63%, foi por furto, roubo ou tráfico de drogas. Uma ínfima minoria pratica atos infracionais que atentam contra a vida”, ressaltou.

O ministro recomendou ainda cuidado na análise da proposta que aumenta o tempo de internação (Projeto de Lei 7197/02). “A internação tem de ser de caráter excepcional. Tem de ser também rapidamente aplicada para que não passe ideia de impunidade”, disse.

O substitutivo do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) ao projeto, ainda pendente de votação em comissão especial, prevê internação por até oito anos do jovem infrator caso ele cometa ato classificado como crime hediondo ou ações de quadrilha, bando ou crime organizado.

Crime hediondo

No caso da tipologia dos crimes hediondos, Pepe Vargas pediu atenção à questão, a fim de que jovens que pratiquem atos infracionais ligados a tráfico de drogas, por exemplo, não se incluam como praticantes de crimes hediondos. “Queremos fazer um debate mais importante sobre essa questão.”

Ele também disse que a abordagem relativa à saúde do adolescente deve ser integral e multiprofissional, sem se restringir a aspectos exclusivamente psiquiátricos.

Por outro lado, afirmou concordar com o perdão da medida aplicada ao adolescente que estudar. “Importante isso ter sido introduzido no relatório. Temos a previsão de formação técnico-profissional, com 10.834 atendimentos no âmbito do Sinase [Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo]”, avaliou.

O ministro chamou a atenção ainda para a violência praticada contra adolescentes. “Dados de 2012 nos mostram que, a cada dia, 28 adolescentes são assassinados no Brasil. É um genocídio. Os adolescentes negros e pobres são os que mais são assassinados.”

A sessão prossegue no Plenário Ulysses Guimarães.

Assunto: Ministro diz que adolescentes detidos representam menos de 1% de jovens do país

Fonte: Portal NE10

Data: 22/04/2015



Em ritmo de retorno do feriado, poucos deputados chegaram à comissão geral marcada para discutir o Projeto de Lei 7197/02, que aumenta o tempo de internação de adolescentes infratores que atingirem a maioria penal. O texto depende da votação de um substitutivo apresentado pelo deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), que defende internação por até oito anos do adolescente que praticar crime hediondo ou participar de ações de quadrilha ou crime organizado.

O ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Pepe Vargas, fez um alerta ao Plenário da Câmara pedindo cautela no debate sobre o assunto. “Não tenhamos a ideia fácil que agravar [as penas] vai resolver o problema”, disse.



Pepe Vargas alertou para o risco de um agravamento de penas acabar afetando casos menos graves. *Foto: Agência Brasil*

Segundo Vargas, hoje, no país, 111 mil adolescentes cumprem medida socioeducativa. Desses, 88 mil cumprem em prestações de serviços e 23 mil estão internados cumprindo penas com privação de liberdade. “Temos 26 milhões de adolescentes no Brasil. Os 23 mil que estão cumprindo medidas com privação de liberdade representam 0,08%. Estes casos têm grande exposição e geram muita comoção, mas é uma parcela ínfima de adolescentes”, afirmou.

Pepe Vargas ainda explicou que do universo de adolescentes em privação de liberdade, 63% cumpre pena por furto, roubo ou tráfico de drogas e apenas 0,01% praticaram atos contra a vida. O ministro alertou para o risco de um agravamento de penas acabar afetando casos menos graves.

“O Congresso Nacional votou várias leis agravando penas. Seria interessante se conseguíssemos uma comissão que fizesse uma estatística e acompanhasse as leis agravadas e ocorrências. Ouso dizer que apesar de agravar a prática aumentou”, arriscou o ministro ao

descrever exemplos de países, como os Estados Unidos, onde o número de adolescentes infratores cresceu depois que as penas foram aumentadas.

Ele ainda defendeu a manutenção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que prevê pena de no máximo de três anos para atos de grave ameaça ou violência à pessoa e de reincidência de infrações graves. De acordo com ele, as abordagens sobre o assunto precisam ser “sistêmicas e integrais”, garantindo educação e formação técnico profissional dos jovens para a ressocialização depois do período de cumprimento das medidas.

O ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sérgio Luiz Kukina, criticou o aumento da pena. O desembargador destacou que por quase 30 anos foi promotor público no Paraná e viveu próximo a realidade de adolescentes. “Sou um dos maiores defensores de que o adolescente que cometa uma infração seja sim responsabilizado, todavia que seja à luz do ECA que traz repertório variado que atende a finalidade pedagógica que se pretende”, afirmou.

Kukina afirmou ser contrário ao texto que altera as medidas socioeducativas que tornam o tempo de internação mais severo. Ele ainda ressaltou a “aprovação tardia” da lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), que ocorreu em janeiro de 2012 que apenas agora tem “bons resultados que começam a aparecer”. O desembargador avaliou que existe pouca reflexão sobre o tema da maioridade e das penas. “É muito fácil dizer de longe que três anos é tempo reduzido para quem pratica um ato grave. Não é um tempo reduzido quando consideramos este tempo para um adolescente”, afirmou.

Um dos primeiros a falar em plenário, o deputado Rubens Bueno (PPS-PR), também afirmou ser contrário à redução da maioridade penal mas defendeu a revisão das atuais legislações sobre o tema, como o ECA, como forma de incentivar a ressocialização com estudos ou formação técnica profissional. “Reduzir a maioridade não é efeito, é causa. Isenta o Estado da construção de políticas educativas”, avaliou.

Ao destacar o relatório substitutivo que aumenta o tempo de internação, Bueno citou diversas leis que tratam sobre o assunto no país. “Não adianta endurecer as leis se o próprio Estado não cumpre as que já existem. Nenhum tipo de experiência na cadeia pode contribuir para a reinserção social e educacional”, completou.